

O espaço de representação tocantinense

Jean Carlos Rodrigues¹

O Estado do Tocantins, Brasil, é resultado de um mito político moderno, portanto, representação. Quando tratamos especificamente de sua criação e instalação ocorrida há 20 anos, em 01 de janeiro de 1989, observamos a construção de uma representação simbólica de uma unidade da federação brasileira que afirma que *essa terra é nossa*, conforme expressão inserida em seu brasão. Nesta discussão, podemos identificar o emprego de uma linguagem próxima a uma cosmogonia mítica que constrói heróis, reatualiza a história e nomeia herdeiros que falam em nome de um *povo* que, no entanto, não possui identidade própria e que nunca apareceu. Entretanto, nas palavras desses interlocutores, este *povo* estava ansioso pela libertação de uma opressão à qual estava submetido pelos goianos por um período, nas palavras de Siqueira Campos, de 179² anos. A criação do Estado do Tocantins foi, ao longo de sua história, marcada por muitos confrontos e enfrentamentos entre os poderes políticos estabelecidos, reivindicando seu tempo e seu espaço na construção do espaço de representação tocantinense.

Ao estudarmos a criação do Estado do Tocantins e de seu espaço de representação pudemos identificar seus *discursos fundadores*. Quanto a isso, Magalhães, Silva e Batista (2007, p. 20) consideram que uma das características do discurso é a sua condição material, a qual afirma o enunciado enquanto objeto. Segundo os autores, “a repetição de um enunciado depende de sua materialidade, isto é, depende de seu espaço institucional, e por isso uma mesma palavra ou frase terá significados diferentes conforme a *formação discursiva* na qual se insere”.

Assim, o discurso fundador atua no sentido de relatar acontecimentos e ao fazê-lo, ele utiliza fatos que representam no imaginário social a ordenação da vida, do mundo, e constrói a narrativa de *criação* da realidade, que pode ser desde o cosmos até uma ilha, um vegetal, um comportamento humano ou uma instituição. Assim, evidencia-se de que modo algo foi construído e tornou-se um *ser*.

Um dos elementos primordiais na explicação desse *ser* consiste em recuperar o papel de cada personagem, de cada *ente* ou de cada ator político na história e localizá-lo com o intuito de dar a ele um sentido, um papel ou uma função na ordenação da realidade vivida. Ao tornar o não-familiar em algo familiar, a explicação mitológica das epopéias fundadoras de um mundo ao qual se precisa atribuir um sentido, o relato de um conjunto de eventos que se verificaram num passado distante e fabuloso, é de fundamental importância. Os resgates dessas cosmogonias, destes atos fundadores, produzem significado ao mito e à sua manutenção.

Mas não é só isso. Além de resgatar esse passado longínquo e o papel de cada um de seus personagens, atribuindo-lhes sentidos, significados e um lugar no tempo-espaço da construção do mito determinante do sentido das realidades vividas, sua manutenção e constante recriação e reatualização não podem ser esquecidas. Para isso servem os símbolos, os dias festivos, as datas comemorativas, os discursos e o próprio *contar a história* que delimitam a fronteira de quem fala e de quem deve ouvi-la, revivê-la e recontá-la constantemente, num tempo cíclico onde a cada momento as memórias são refeitas e o imaginário realimentado pelos eventos.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente (São Paulo, Brasil). Professor do curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Federal do Tocantins, campus universitário de Araguaína, Tocantins, Brasil. E-mail: jeancarlos@uft.edu.br.

² Período compreendido entre 1809 (data do início das lutas pela emancipação do até então norte goiano) e 1988 (ano da criação do Estado do Tocantins pela Assembléia Nacional Constituinte).

E aqui encontramos uma contribuição importante da construção de mitos e ritos para a política: no caso brasileiro, existem ritos cujo sentido e significado foram tomados emprestados de uma cultura mítica, que celebram a independência e a proclamação da república e que são necessários “para garantir o não esquecimento de dois valores, em tese, fundamentais para a cultura política da nação, a saber, a soberania e a tradição republicana” (Silva, W., 2008, p. 77).

Nesse processo de produção de cosmogonias e legitimação do discurso fundador mítico, não podemos deixar de mencionar que religião e política se misturam, se articulam no sentido de uma dar sustentabilidade aos argumentos da outra e reivindicar seus papéis na história da criação. O empréstimo de símbolos e representações entre elas colabora na estruturação e na significação de uma realidade. A identificação do político no discurso religioso e do religioso no discurso político contribuem para dar a cada uma dessas instituições uma territorialidade na epopéia do mito fundador.

Quando, portanto, estudamos a formação do Estado do Tocantins e analisamos os discursos fundadores dessa unidade da federação, observamos que a criação de sua história e a construção de uma identidade regional que dê sentido de pertença à sua população, ao *povo*, estão carregadas de elementos religiosos emprestados do cristianismo e de sua instituição religiosa hegemônica no estado, a Igreja Católica, por meio das representações de seus ícones sagrados. O discurso político se apropriou desses elementos e da própria historiografia *heróica* de alguns de seus personagens e soube manipulá-los de forma a dar uma organização de continuidade aos eventos que culminaram com a criação do Tocantins e a personificação de um mito fundador em Siqueira Campos.

Dessa forma, partimos do pressuposto de que o Estado do Tocantins é uma realidade sócio-espacial, cujo espaço de representação é fruto de uma epopéia mítica com uma estreita articulação entre política e religião, construída por meio de discursos fundadores, recursos simbólicos e manuseio de instrumentos institucionais e de legitimação dessa instituição que Berger e Luckmann (2007, p. 121) denominam de *maquinaria inteira de legitimação*.

Por ser uma realidade social e espacialmente construída, cabe aqui identificar os articuladores dessa construção e de que modo manipularam a linguagem e as tipificações do universo simbólico para dar a significação do que hoje chamamos de *Estado do Tocantins*. Em nossa análise, entende-se que o ponto de partida dessa identificação é a construção de uma historiografia tocaninense com base na idéia de emancipação do Estado. Ela tem como argumento fundamental ressaltar que desde o século XIX e ao longo do século XX já havia movimentos separatistas com a intenção de emancipar política, social, espacial e culturalmente o então norte do Estado de Goiás, culminando, dessa forma, com a constituição de uma nova unidade da federação. Nessa leitura de mundo, o resgate do papel de seus personagens e de suas ações no passado tocaninense é de fundamental importância para escrever e significar essa *epopéia tocaninense*.

Assim, a invenção do Estado do Tocantins e de seu espaço de representação resulta, sobretudo, da organização de alguns setores da sociedade civil, especialmente a partir da década de 1980, em torno dessa questão. Para trabalhar a questão da emancipação do estado, Cavalcante (2003) busca nos documentos historiográficos ao longo dos séculos XIX e XX os argumentos para legitimar uma emancipação política e administrativa com relação ao sul de Goiás. Todo esse material historiográfico foi, posteriormente, utilizado para dois fins: a) dar sentido à invenção do Tocantins e à construção de seus elementos simbólicos e de representação social, a fim de legitimar o discurso separatista; e b) dar atribuições de sentidos históricos aos personagens da epopéia tocaninense que, segundo um de seus herdeiros, Siqueira Campos, travaram uma luta de *libertação* por 179 anos.

Nessa linha de interpretação, podemos afirmar que era necessário apresentar aos tocaninenses elementos identitários que o diferenciassem do goiano, como um dos caminhos

para se alcançar o apoio popular a esta questão. A invenção de símbolos e representações como a bandeira, o hino, a poesia e literatura tocantinenses, entre outros, foram fundamentais nesse processo.

Estas interpretações – a) políticas (emancipação) e b) mítico-religiosas (invenção ou criação) – acerca da formação do Estado do Tocantins possuem algo em comum: elas justificam, cada uma a seu modo, à sua leitura de mundo, a ascensão de uma nova unidade da federação; além disso, são articuladas pelos setores da sociedade interessados na formação do Estado do Tocantins para dar sentido a uma história que culminou com a divisão, pela Constituinte de 1988, do Estado de Goiás. Além disso, possuem como ponto de convergência a figura de Siqueira Campos, com sua atuação na Assembléia Nacional Constituinte e na Câmara dos Deputados e a articulação com outros setores da sociedade civil, devidamente organizados, como a Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano (Conorte) e o Comitê Pró-Tocantins, tornando-se, dessa forma, uma espécie de mito fundador do Estado do Tocantins.

A invenção do mito

A argumentação que gira em torno da tese da invenção do Estado do Tocantins parte do pressuposto de que a manipulação de elementos simbólicos, constituindo um espaço de representação tocantinense, teve um peso considerável na construção de uma identidade que justificava o discurso fundador que originou essa nova unidade da federação. Segundo Ribeiro (2001, p. 152), no discurso sobre a criação do Tocantins o imaginário desempenhou um papel importante e atuou como força impulsionadora, como peça efetiva das aspirações e dos anseios coletivos.

O que diferencia essa leitura da construção mítico-religiosa de uma realidade sócio-espacial chamada *Tocantins* da emancipação política consiste na forma de abordagem do fenômeno, do objeto em questão, pelos diferentes pesquisadores, a partir, evidentemente, de diferentes objetivos que os trabalhos se propuseram a cumprir.

A idéia da emancipação do estado com relação a Goiás faz uma discussão quase que cronológica dos eventos. Apresenta uma leitura historiográfica, com a delimitação e demarcação do tempo e do espaço de cada personagem específico na luta pela emancipação do norte goiano ao longo dos séculos XIX e XX, demarcando três momentos importantes desse conflito emancipatório: 1821-1823, 1956-1960, 1985-1988.

No primeiro momento, 1821-1823, a oposição do norte ao centro-sul de Goiás estava na questão da cobrança de impostos de captação de ouro. As minas do norte possuíam valores mais elevados a serem pagos aos cofres públicos do governo que o das minas de Goyazes, no centro-sul. Segundo a historiadora Cavalcante (2003, p. 202-203), percebe-se nas falas dos protagonistas de 1821 que a configuração daquele momento político apontava para duas direções para a sustentação do Governo Independente do Norte: a) ele poderia tanto estar articulado ao movimento de Independência do Brasil, ou b) aliar-se às Cortes de Lisboa. A posição de Joaquim Theotônio Segurado, conforme veremos com mais detalhes a seguir, foi manter-se fiel a Portugal, entretanto com uma administração independente do capitão-general Sampaio, instalado no Centro-Sul de Goiás.

Já em relação ao segundo momento, 1956-1960, a autora faz uma alusão ao projeto de expansão do Estado brasileiro em direção ao interior como uma das razões que fundamentaram a emancipação do Norte de Goiás em relação ao Centro-Sul do referido estado. Segundo Cavalcante (2003, p. 203-204), isso se tornava possível pelo fato de o momento político nacional da segunda metade da década de 1950 ter sido marcado pelos projetos de expansão e integração do território nacional. Esses projetos acabaram por configurarem-se promissores nas falas dos nortenses, que recriaram o discurso autonomista do

norte goiano, alimentadas nas diretrizes políticas do Governo Federal, as quais eram voltadas para a ocupação dos espaços vazios interioranos. Isso, posteriormente, foi possível de ser percebido com a construção de Brasília no planalto central goiano por iniciativa do governo Juscelino Kubitschek, voltado para a interiorização das políticas de planejamento. Era preciso ocupar o Brasil e o Centro-Oeste de Goiás estava encampado nesse propósito.

Em relação à terceira etapa da luta emancipatória do Estado do Tocantins, a autora salienta que o discurso de 1985-1988 era pautado, sobretudo, nas diferenças culturais e econômicas entre o Norte e o Sul de Goiás. Para Cavalcante (2003), enquanto o Centro-Sul goiano evidenciava uma sólida integração econômica com o mercado da região Sudeste do Brasil, acentuavam-se as diferenças internas entre o norte e o sul do estado, devidamente criadas com esse propósito, conforme veremos a seguir. A expressividade dessa diferença foi tomada na construção do discurso autonomista regional a partir das peculiaridades que identificariam, diferentemente, o Estado do Tocantins e o Estado de Goiás. Dessa forma, observa-se que cada momento histórico, caracterizado por diferentes contextos, produziu suas argumentações que justificassem a formação do Estado do Tocantins.

A análise da invenção do Estado do Tocantins lança um olhar diferenciado sobre o objeto, observando os eventos por dentro do processo que culminou com a formação dessa nova unidade da federação. Os atores políticos analisados nesse estudo souberam resgatar esse passado apresentado por Cavalcante (2003) e articulá-lo de modo a dar sentido ao projeto de criação do estado. Ribeiro (2001) se coloca dentro desse discurso e analisa-o no sentido da constituição de um universo simbólico construído por atores específicos para inventar uma identidade tocaninense e, a partir disso, elaborar um discurso fundador que resultasse na separação do norte goiano.

O estudo das linguagens elaboradas, das instituições e das representações criadas, nesse caso, é de fundamental importância. Nesse sentido, para Ribeiro (2001, p. 20) “o Tocantins, aos poucos, vai construindo suas instituições, seus símbolos, seus lugares de falar e seus porta-vozes que criaram uma representação para o Estado e seu povo, principalmente após a criação pela Constituição”. Cabe ressaltar a importância dessas representações no imaginário: sua manipulação por atores políticos envolvidos e interessados na divisão de Goiás possui, em alguns casos, mais importância que o próprio acontecimento histórico.

Nesse processo de invenção do Estado do Tocantins, os discursos direcionam-se no sentido de apresentar uma diferenciação entre o norte e sul de Goiás, a fim de produzir uma identidade tocaninense por oposição à goiana e, assim, elaborar diferentes representações no imaginário popular. Falas como *Goiano de direito. Tocantinese de coração* e *Estou Goiano, mas sou Tocantinese*, produzidas pela Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano (Conorte), em sua campanha publicitária pela divisão do estado de Goiás na década de 1980, evidenciam esse caráter de diferenciação construída e estruturada, sobretudo, na produção das diferenças entre o norte e o sul goiano. Entretanto, não podemos deixar de mencionar que, por trás dessas falas, também existia uma forte conotação econômica que interessava a uma elite, sobretudo relacionada com a agropecuária, que via na divisão do Estado de Goiás uma oportunidade de expansão de seus negócios.

Essas frases fazem parte da estratégia da Conorte de criar um *status* simbólico das manifestações culturais como forma de legitimar o próprio movimento e sua causa. Segundo Oliveira (2002, p. 25), “esta representação simbólica da região era a forma de o movimento compreender e conferir significado à sua própria história por meio de uma identidade espacial e comunitária”. Entretanto, a questão da construção dessa identidade regional tocaninense é questionada. Segundo Bittar (1988), em uma reportagem publicada no jornal *O Estado de São Paulo* em 1 de novembro de 1988, “a política contrariou a vocação normal da demografia. Tocantins, partindo do Sul até Araguaína, é puro Goiás”. Na construção de sua reportagem sobre o espaço de representação tocaninense, a repórter destaca alguns elementos ao longo de

sua matéria que justificam sua afirmação. Ela cita o caso de uma fruta chamada *pequi*, que acompanha arroz com galinha, muito comum no Estado de Goiás.

Além disso, ela também menciona os churrascos e os cafés servidos sempre adoçados. Ao lado deles, há a festa popular do Divino. A repórter menciona a forte influência que a região do Bico do Papagaio, extremo norte do Estado do Tocantins, sofre do Estado do Maranhão, com o qual faz divisa. E não pára por aí. Os meios de comunicação também resultam em influência do Estado de Goiás, como o monopólio exercido pelas Organizações Jayme Câmara, por meio de seu jornal *O Popular*, e pelas emissoras de rádio e TV Anhangüera, que até hoje transmitem o sinal da Rede Globo de Televisão.

O espaço de representação do Estado do Tocantins na imprensa nacional

Para elaborarmos um estudo sobre a criação do Estado do Tocantins na imprensa nacional, trabalhamos com os seguintes veículos de comunicação: Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil e Jornal O Globo. O jornal *Folha de São Paulo*, ao longo do biênio 1987-1988, retrata um Estado do Tocantins bem diferente daquele presente nos discursos de Siqueira Campos na Assembléia Nacional Constituinte e na Câmara dos Deputados Federais, em Brasília (DF). Controlado pela UDR³, pobre e endividado, a representação acerca da mais nova unidade da federação brasileira em muito se distancia do *eldorado* dos discursos proferidos nas tribunas do Congresso Nacional.

Uma reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* publicada em 1.º de novembro de 1988 retrata bem esse espaço de representação tocantinense. Destacando o estado como “um estado rural pobre, à beira do caos social”, a repórter Rosângela Bittar traçou um perfil da nova unidade da federação bem diferente do que foi enaltecido em outros discursos. Ela caracteriza o Estado do Tocantins como

um estado rural, vivendo um caos econômico e social com uma potencialidade mineral e hidrelétrica inexplorada, uma fertilidade agrícola parcialmente utilizada e uma monocultura: a pecuária. O Tocantins será mais um a se manter com verbas do governo. Terá 640 mil OTNs⁴ durante 10 anos, com base na lei que criou o Estado de Mato Grosso do Sul, por analogia. Incluído na Região Norte, participará dos 20% de Fundo de Participação dos Estados que a ela serão destinados antes da divisão total dos recursos (BITTAR, 1988).

A repórter menciona que a industrialização do Tocantins é zero, com a presença de uma especulação desenfreada. Ela diz ainda sobre o monopólio do transporte rodoviário de passageiros, que na época era exercido pela empresa *Transbrasiliiana*, a existência de apenas três vôos semanais da Varig para o município de Araguaína (TO), ao norte do estado, e sua baixa contribuição com o Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) na época em que a região pertencia ao Estado de Goiás, girando em torno dos 7%.

A repórter ainda fez menção às redes escolar e hospitalar. Segundo ela, essas redes “[...] são precárias e um hospital do Estado, em Araguaína, com 44 leitos, mistura baleados e esfaqueados com doentes portadores de meningite” (BITTAR, 1988). Se o restante do país criou uma representação social do Estado do Tocantins a partir do olhar da repórter, o pessimismo não parou por aí. Bittar (1988) ainda menciona a questão da especulação imobiliária. Segundo ela, após a criação do Estado do Tocantins, a especulação imobiliária tornou-se desenfreada: “os lotes triplicaram seus preços, ficando hoje um terreno de 400 metros quadrados, na rua Cônego João Lima – a avenida comercial de Araguaína – a Cz\$ 20 milhões [em valores da época]”.

Em 27 de junho de 1988, o jornal *Folha de São Paulo* estampou uma reportagem

³ União Democrática Ruralista.

⁴ OTN: Obrigações do Tesouro Nacional.

intitulada “criação do Estado do Tocantins leva UDR ao poder”. Nela, o veículo de comunicação enfatiza as questões ruralistas e os conflitos agrários existentes na região. Segundo Aroldo Rastoldo (*apud* Amaral, 1988), então presidente da Federação da Agricultura de Goiás (Faeg) “ ‘o Estado do Tocantins é a UDR no poder’ ”. Sem rodeios, Rastoldo destaca ao longo da reportagem a implantação de diversos sindicatos rurais no norte goiano e anuncia as próximas metas da organização: eleger o governador e pelo menos 80% dos prefeitos da nova unidade da federação brasileira. E vai além disso: Rastoldo arremata as ambições da UDR ao afirmar ao jornal que só se elege no estado quem se identifica com as posições políticas da organização. Segundo ele, os políticos os obedecem.

Essa forte presença da UDR no pleito eleitoral de 1988 também foi destacada pelo jornal *O Estado de São Paulo*. Em reportagem de 1.º de novembro de 1988, a repórter Rosângela Bittar traça um panorama da eleição no então norte goiano. A UDR estava inserida nos dois lados: tanto exercia influência sobre o candidato Siqueira Campos, do PDS, como sobre José Freire, do PMDB. O objetivo da organização era de eleger deputados e senadores que tivessem presença em Brasília (DF), conforme orientação de Ronaldo Caiado⁵ na época, demonstrando a articulação de escalas para a construção de uma representação política da organização com forte poder de influência e estabelecimento de relações de poder nos níveis nacional e regional.

Mas essa posição da UDR já era antiga. Em reportagem publicada em 8 de março de 1987, a organização já se posicionava no sentido de exercer completa influência sobre a nova unidade da federação e demonstrava uma estreita relação com o então deputado federal por Goiás, Siqueira Campos. Segundo a matéria,

a União democrática ruralista (UDR) poderá utilizar a iniciativa popular de propostas à nova Constituição [...] para dar apoio ao projeto do deputado federal Siqueira Campos (PDS – GO), de criação do Estado do Tocantins, na região norte de Goiás. A região, conhecida como “Bico do Papagaio”, é marcada por uma permanente tensão, ligada aos conflitos agrários (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 1987).

César Moura (*apud* Jornal Folha de São Paulo, 1987), na época diretor nacional de operações da UDR, afirmou à reportagem que a organização “ ‘[...] é plenamente favorável ao novo Estado, porque o norte goiano representa uma realidade administrativa e política totalmente diferente das demais regiões de Goiás’ ”, mas não descartou as propostas nesse sentido advindas das regionais da UDR do norte goiano. Aqui se reforça a representação de que a emancipação política e administrativa do então norte de Goiás significa a possibilidade de desenvolvimento social e econômico a essa região, como preconizam os discursos oficiais.

Essa posição da UDR é corroborada por membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) ao longo da mesma reportagem. Carlos Furlan (*apud* Amaral, 1988), na época um dos coordenadores da CPT do Araguaia-Tocantins, afirmou que “ ‘a criação do novo Estado vai oficializar o poder que a UDR já exerce de fato na região’ ”. Odete Ghannam, naquela ocasião membro do diretório do Partido Comunista do Brasil (PC do B) da cidade de Araguaína, confirmou as afirmações de Furlan ao destacar que “ ‘a criação do Tocantins, enquanto o latifúndio estiver no poder, não será a redenção do povo, mas a redenção de alguns poucos’ ”.

O jornal *O Globo* em 1988 também noticiou a questão dos conflitos agrários e da relação entre a UDR e a criação do Estado do Tocantins, associando a isso a pobreza latente nessa região do Brasil. Segundo o jornal, o “Tocantins foi o berço da UDR e se constituiu numa das regiões de maior disputa fundiária, com registro policial de mais de duas mil mortes atribuídas a pistoleiros profissionais. Há dois anos, na Praça das Nações, centro de Araguaína, a contratação de um pistoleiro poderia ser feita a partir de uma tabela de preços”. Segundo a

5 Ronaldo Caiado é Deputado Federal pelo Estado de Goiás, eleito para o mandato de 2007 a 2011 pelo Partido Democratas (DEM). É o fundador e Presidente Nacional da União Democrática Ruralista (UDR).

mesma reportagem, mesmo com a diminuição dos conflitos, o então norte de Goiás “[...] continua sendo uma das regiões mais pobres do Brasil”.

Entretanto, um plebiscito que iria consultar a população a respeito da criação do Estado do Tocantins não saiu. Segundo noticiou o jornal *Folha de São Paulo* em 1.º de julho de 1988, o então deputado Siqueira Campos usou de uma estratégia política para impedi-lo. Segundo o jornal, “na fusão de emendas articulada por Siqueira [Campos], assinada por todos os líderes partidários, e aprovada em plenário no 1º turno, foi eliminado, de quebra, o plebiscito no qual a população diria sim ou não ao desmembramento do território do atual Estado de Goiás”. O que a imprensa classificou de articulação, Siqueira Campos denominou de autonomia. Segundo o deputado citado na reportagem, “ ‘o novo Estado já nasce com autonomia política’ ”. Nas diferentes formas de representação do fato político, as significações tomam pesos e direções diferenciadas ao serem produzidas por diferentes atores sociais posicionados em lados opostos acerca da criação do Estado do Tocantins.

No que se refere à eleição para governador, Siqueira Campos se coloca na condição de candidato e fala como quem já havia sido eleito. Na mesma reportagem de 10 de julho de 1988, o deputado fala ao jornal *Folha de São Paulo* como um *ditador do cerrado*, como lembra Campos, R. (2008). Segundo Siqueira Campos (*apud* Jornal *Folha de São Paulo*, 1988), “ ‘eu ofereço uma vaga de senador ou duas para o PMDB mas não abro mão do governo’ ”.

No jogo das relações de poder, o então deputado se coloca disposto a dialogar com as forças democráticas do futuro estado, inclusive com a própria UDR. Mas, segundo ele, a entidade ruralista não definiria o pleito e não seria fundamental em sua eleição. Para a reportagem do jornal *Folha de São Paulo* de 10 de julho de 1988, “Siqueira Campos desfruta da condição de candidato mais identificado com a luta pelo desmembramento do Tocantins, que começou a liderar em 1963, quando chegou do Ceará para se eleger vereador em Colinas de Goiás”.

Em outra matéria publicada em 13 de novembro de 1988, o jornal *Folha de São Paulo* volta a abordar a questão das eleições no Estado do Tocantins e explica por que Siqueira Campos é o grande favorito a sair vitorioso da eleição para governador do novo estado. Segundo Costa, R. (1988), “o favoritismo de [Siqueira] Campos deve-se ao fato de ele ser identificado como o *pai da criança*: é dele o projeto que permitiu a criação do Tocantins. *Quem criou merece*, diz o slogan de sua campanha”. Ao longo de sua campanha, o então deputado e candidato a governador do estado não escondeu seus vínculos com a UDR.

Ao longo do processo das primeiras eleições para governador, deputado estadual e federal e senador no Estado do Tocantins, a oposição, representada pelo candidato a governador José Freire (PMDB), tentou confrontar o mito político de *pai do Tocantins* de Siqueira Campos reforçado por seu lema de campanha, como apresentado anteriormente. Em reportagem do *Jornal do Brasil* de 13 de novembro de 1988, o repórter Augusto Fonseca publicou uma posição do PMDB local em 1988 em que coloca em questionamento essa representação mitológica acerca da criação do estado atribuída ao candidato do PDC, o que implica mais uma evidência de que a construção do espaço de representação tocantinense e a própria decisão sobre o controle político-partidário dessa unidade da federação envolveu a articulação entre o político e o religioso. Segundo a reportagem, “para tentar neutralizar a imagem de *pai do Tocantins* conquistada por Siqueira [Campos], o PMDB argumenta que sem [...] o apoio de sua maioria na Constituinte, o novo estado não teria sido criado”.

Dessa forma, podemos observar por meio das reportagens jornalísticas dos meios de comunicação de abrangência nacional o fato público em que se tornou todo o conjunto de elementos resultantes da articulação entre o político e o religioso otimizados na formação do espaço de representação tocantinense. Dos discursos realizados no Congresso Nacional, em Brasília – e reproduzidos pela historiografia local –, para a rua em plena campanha eleitoral, a

construção do imaginário coletivo com base na fabricação dos mitos políticos tocantinenses ganha a dimensão do espaço público, defendido como o espaço político por Arendt (2007), e evidencia os elementos simbólicos intrínsecos na formação do Estado do Tocantins.

Além de suas relações com a UDR, durante a campanha eleitoral o jornal *Folha de São Paulo* também evidenciou por meio de suas reportagens ligações de Siqueira Campos com outros atores sociais de grande influência política e representação econômica: as empreiteiras. Segundo a publicação, “o candidato da União do Tocantins⁶ [Siqueira Campos] falou com os jornalistas uma hora antes de seu adversário [José Freire, do PMDB]. Nessa entrevista convocou ‘as grandes empreiteiras e as grandes empresas de agricultura’ a se instalar no Tocantins”.

Paralelamente a isso, o jornal *Folha de São Paulo* também destacou as dificuldades econômicas do novo estado. Segundo a reportagem, publicada em 12 de novembro de 1988, o Estado do Tocantins já nasceu com uma dívida na casa dos US\$ 100 milhões, citando como fonte o então secretário de Planejamento do Estado de Goiás, Fernando Safatle. Segundo o secretário, o Estado do Tocantins teria dificuldades para honrar essas dívidas, uma vez que os 79 municípios pertencentes ao novo estado são responsáveis pela arrecadação de apenas 4,9% da receita tributária de Goiás quando faziam parte do estado. Outro dado levantado por Fernando Safatle na reportagem diz respeito ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM): segundo o secretário, os municípios do Estado do Tocantins na época [1988] recebiam apenas 8,07% dos recursos destinados aos municípios do Estado de Goiás.

Outra questão levantada ao longo das reportagens desses jornais de circulação nacional é a representação social dos sujeitos envolvidos diretamente com a criação do Estado do Tocantins. Elas retratam os universos consensuais tanto das pessoas que já habitavam o então norte goiano como outras que viram na formação da nova unidade da federação uma oportunidade de trabalho e geração de renda. Ferreira (1988) corrobora a tese de outros jornalistas de que o estado a ser criado era pobre. Em reportagem publicada no jornal *O Globo* de 3 de julho de 1988, ele afirma que, embora a idéia de criação do estado tivesse unido diferentes atores sociais em torno de um mesmo objetivo, “[...] o Estado promete nascer pobre”.

Ao longo de sua reportagem, Ferreira (1988) destaca tanto a opinião dos otimistas como dos pessimistas com relação à criação do estado. No primeiro grupo se encontra a opinião de Gilmar Araújo Martins, citado pelo repórter, que afirma que “ ‘muitos amigos meus foram embora daqui, em busca de trabalho. Quando nós virarmos Estado, não vai faltar emprego’ ”. Outra pessoa mencionada como otimista é Eduardo Fernandes. Segundo ele, a região norte de Goiás não recebe investimentos do governo goiano por ter pouca representação política⁷ e baixa arrecadação de impostos para os cofres do governo, construindo sua representação social tocantinense a partir da reprodução de um discurso de abandono construído já algum tempo. Ele acredita que, com a formação de uma nova unidade da federação na região, as coisas tendem a melhorar.

Em uma reportagem publicada por Costa (1988), o médico Antônio Cattiti arremata a polarização Goiás-Tocantins com uma afirmação bastante contundente. Segundo ele, “ ‘o bom mesmo é que Goiás foi afastado de nossas vidas, pois considerava isto aqui um fundo de quintal’ ”. Otimistas também estavam na época os fazendeiros alimentados com a representação social de que Araguaína (TO), por exemplo, era a *capital do boi gordo*. A

6 Segundo o jornal “Folha de São Paulo” de 12 de novembro de 1988, União do Tocantins é o nome dado à coligação de oito partidos (PDC, PDT, PTB, PFL, PSDB, PL, PDS e PC do B) para concorrer às eleições majoritárias de 1988, tendo como candidato ao governo do Estado do Tocantins o então deputado federal Siqueira Campos (PDC).

7 Em sua reportagem, Ferreira (1988) se remete a Luís Pires, para o qual “[...] o abandono vem do fato de o Norte ter apenas 20 por cento dos eleitores do Estado”.

reportagem relata experiências de proprietários de terras do sudeste brasileiro, sobretudo paulistas, que adquiriram propriedades no norte goiano e viram seus hectares se multiplicarem. Entretanto, o prefeito de Araguaína na época, Paulo Sidney Antunes, delimita muito bem em sua fala que tipo de imigrante era bem-vindo na região: “ ‘mas sem dinheiro não vale a pena. Já temos desempregados demais’ ” (FERREIRA, 1988).

Mas esses não são os únicos que se dirigiram na década de 1980 ao território do futuro Estado do Tocantins em busca de riquezas. Movido por uma reportagem exibida no programa jornalístico *Fantástico*, da Rede Globo, na qual aparecia Corneliano Barros, ex-prefeito de Araguaína, cassado por corrupção, em sua caminhonete D-20 dizendo “ ‘vim para cá pobre. Hoje tenho muitas fazendas e sou rico’ ” em uma reportagem de Domingos (1988), Gideon Botha vendeu seu sítio nas proximidades de Brasília (DF), instalou-se em Araguaína e montou, na época, uma fábrica de sabão, com planos para construir uma fábrica de tijolos com o seguinte objetivo: “ ‘com o surgimento do Tocantins, todos vão querer construir casas em Araguaína. Será a hora de vender tijolos’ ”, segundo a mesma reportagem.

José Carlos Mendes também realizou algo semelhante. Na época coordenador da Valec S/A (empresa responsável pela construção da Ferrovia Norte-Sul), abriu mão de seus bens com o objetivo de encontrar no Estado do Tocantins melhores condições de vida e enriquecimento. Com uma representação social construída a partir da figura do fazendeiro e proprietário de terras, em entrevista concedida a Domingos (1988), o engenheiro afirmou que “ ‘peguei tudo que tinha e comprei uma fazenda de 870 hectares em Filadélfia (TO). Fico para sempre em Araguaína’ ”.

Do lado dos pessimistas, a reportagem cita Luís Pires, para o qual o Estado do Tocantins “ ‘[...] não terá sequer pessoal qualificado suficiente para formar seus primeiro e segundo escalões’ ” (FERREIRA, 1988). Entretanto, o entrevistado enfatiza um otimismo que o coloca também entre aqueles que vêem perspectivas de melhora de vida e trabalho no território tocantinense: “ ‘aquí, as fronteiras estão abertas’ ”, segundo Luis Pires. Outra pessoa citada na reportagem foi o prefeito de Tocantinópolis na época, José Sabóia. Sua preocupação gira em torno da questão dos encargos tributários a serem criados para sustentar a máquina administrativa de uma nova unidade da federação. Ele afirma que “ ‘o povo deve se preparar para suportar os encargos trazidos pela criação de um Estado. Vamos começar do zero. O governo de Goiás já começou a fazer um levantamento de todo o material da Prefeitura’ ”.

Nesse embate de diferentes representações sociais elaboradas sobre o mesmo espaço de representação, os mitos políticos não poderiam deixar de serem questionados. Segundo Moisés Avelino (PMDB), em entrevista concedida a Bittar (1988), Siqueira Campos, na época da primeira eleição para governador, fez uma campanha política baseada no voto de gratidão da população do então norte goiano pelo fato de se considerar o *pai do Tocantins*. Segundo Moisés Avelino (*apud* Bittar, 1988), “ ‘ele [Siqueira Campos] não é o pai do Tocantins, é o beneficiado [...] A emenda tem co-autoria de José Freire e a divisão teve apoio de [Henrique] Santillo⁸, sem o qual não teria sido aprovada. Siqueira [Campos] nunca conseguiu criar o Estado, apesar de 20 anos de amizade com os governos militares’ ”.

O espaço de representação do Estado do Tocantins na imprensa regional

“Como vai o corruptins?”. Esta foi uma pergunta que o repórter João Bosco Bittencourt inseriu ao longo de sua reportagem publicada em *O Jornal*, na edição do dia 13 a 28 de agosto de 1989. Nessa publicação, o repórter entrevistou pessoas envolvidas em distintas atividades, com o propósito de que manifestassem suas opiniões acerca do recém-criado Estado do Tocantins.

8 Henrique Santillo era governador do Estado de Goiás na época de emancipação político-administrativa da região norte do Estado e criação do Estado do Tocantins.

As representações sociais criadas a respeito do Estado do Tocantins habitavam um universo simbólico constituído por diversas leituras sobre a nova unidade da federação. Uma delas era de Elias Rassi Neto, na época presidente da Câmara Municipal de Goiânia, que destacou em sua manifestação os problemas agrários e as denúncias de fraudes em concursos públicos. Segundo ele, “ ‘o Tocantins possui problemas graves de latifúndios, de regiões imensas inexploradas em termos produtivos. [...] Tenho também recebido algumas notícias de problemas sérios de distorções que precisam ser bem esclarecidos – concorrências públicas, concursos de juízes fraudulentos’ ” (NETO *apud* BITTENCOURT, 1989). A questão da pobreza também foi mencionada por Manoel de Oliveira, deputado estadual de Goiás pelo PMDB, na mesma reportagem. Segundo ele, “ ‘o Tocantins é um Estado pobre, razão pela qual o povo depende violentamente do Governo’ ”.

Com relação às fraudes em concurso público para o judiciário, Antonio Carlos Moura, na época Deputado Estadual pelo PT, também fez referências a elas. E foi um pouco mais além: colocou em dúvida o processo de construção da nova capital do Estado do Tocantins (Palmas), sobre a qual havia denúncias de irregularidades, e atribuiu o abandono da população tocaninense aos interesses de elites políticas e econômicas pouco confiáveis.

Servito Menezes, na ocasião Secretário de Governo da Prefeitura Municipal de Goiânia, destaca alguns problemas socioeconômicos envolvendo o novo estado e a construção de uma imagem de um estado de prosperidade econômica cujo enriquecimento ocorre em curto espaço de tempo. Segundo ele,

o Tocantins tem uma estrutura agrária baixa, a população é de baixa renda e tecnologia da mesma forma. Por isto, não se pode apostar em crescimento a curto prazo. [...] os problemas de rede de energia são grandes, o que impede a instalação de muitas empresas em algumas regiões. [...] O problema da imagem é um negócio preocupante, pois se ouve falar muito da aspiração egoísta. Gente que vai pra lá anunciando enriquecimento rápido, como se fosse a descoberta do Oeste (MENEZES *apud* BITTENCOURT, 1989).

Nessas falas, os problemas agrários e a atuação das oligarquias na questão política também habitaram as representações construídas acerca do Estado do Tocantins. Deusmar Barreto, jornalista na época, enfocou essa questão ao longo de sua entrevista. Para ele, “ ‘no campo político, o Estado [do Tocantins] não conseguiu mudar a sua imagem de terra de oligarquias, disputada por facções conservadoras, sequiosas por saber quem abocanha a maior fatia do bolo’ ” (BARRETO *apud* BITTENCOURT, 1989).

Mas também houve depoimentos favoráveis ao Estado do Tocantins, destacando suas riquezas naturais e lembrando a árdua luta histórica pela emancipação do norte goiano. Um desses depoentes foi Péricles Goulart, na época pertencente ao Jornal da Segunda, em Goiânia. Segundo ele,

o mais novo Estado da Federação, o Tocantins, depois de uma centenária campanha, na busca de sua emancipação, onde se destacaram líderes determinados [...] nasceu sob a égide do progresso sócio-econômico-cultural, em decorrência de suas próprias condições geoeconômicas [...] Suas riquezas minerais, encrustadas em seu solo e subsolo; sua pujante realidade, no que se relaciona à hidrografia como veias injetando-lhe fertilidade; seu potencial energético, para acionar indústrias que já estão sendo implantadas a curto prazo; seu rebanho suíno, bovino e equino, já considerado expressivo no País; sua produção agrícola e pecuária enfim, todo o seu potencial físico, lhe dá condições para caminhar com botas de sete-léguas pelo tempo afora, na incrementação de mais uma unidade da Federação inteiramente voltada para o desenvolvimento sócio-econômico (GOULART *apud* BITTENCOURT, 1989).

O jornal *O Popular*, publicado pelas Organizações Jayme Câmara, afiliada da Rede Globo de Televisão, apresentou reportagens favoráveis à criação do Estado do Tocantins. Ao longo do período analisado (1987-1988), em nenhum momento ele faz menção aos assuntos que foram títulos de matérias nos jornais de circulação nacional, como corrupção, dívidas herdadas e influências da UDR no processo eleitoral e econômico na nova unidade da

federação.

Em seus editoriais, o jornal *O Popular* trata, ao contrário, da viabilidade econômica do novo Estado. Na sessão *Opinião* de 12 de março de 1987, o jornal diz que

convém lembrar ainda que as posições estratégica da área que seria absorvida pelo Estado do Tocantins, a ser beneficiada, ainda mais, com a integração ferroviária Norte-Sul, possibilita um intercâmbio econômico dinâmico, traduzindo em realidade promissora as potencialidades do solo e do subsolo, dos recursos hídricos, e da reserva de matérias primas de um modo geral (O POPULAR, 1987, p. 04).

Em reportagem publicada em 06 de dezembro de 1987, intitulada “o Tocantins nasce economicamente viável”, o jornal *O Popular* destaca as viabilidades econômicas da nova unidade da federação, contrariando outros meios de comunicação que questionaram em suas reportagens tal situação. Na matéria, o jornal destacou que a atividade econômica do novo Estado era diversificada, concentrando-se nas atividades agropecuária, mineral e de extrativismo vegetal. O jornal ainda destaca os fatores positivos do setor secundário da economia e a capacidade de armazenamento de grãos.

Em outro editorial, o jornal *O Popular* destaca as vantagens tanto para o Estado de Goiás como para o Estado do Tocantins com a criação desse último. Dessa forma, ele corrobora o imaginário coletivo sobre a necessidade de separação e emancipação político-administrativa da região ao norte do paralelo 13. Algumas dessas argumentações foram utilizadas por nossos entrevistados, ao se posicionarem favoráveis à divisão territorial. Eis as argumentações do jornal:

- a) aumento da renda *per capita*, tanto goiana como tocaninense;
- b) fim do êxodo dos nortenses às cidades do sul do estado, como Goiânia e Anápolis, e conseqüente aumento dos bolsões de pobreza naquela região;
- c) ampliação da representatividade política, com a eleição de senadores e deputados federais à área que corresponde ao norte do Estado de Goiás, atual Estado do Tocantins;
- d) maior assistência política para os municípios que pertencem ao norte do Estado de Goiás assim que aquela região se tornar estado independente e possuir seus próprios representantes legislativos;
- e) fim das grandes distâncias geográficas internas entre os municípios e suas capitais, sendo que a maior delas passará a ser de 600 km.

Utilizando esses argumentos, o jornal arremata suas afirmações dizendo que “todas essas vantagens recíprocas fortalecem os argumentos a favor da criação do novo Estado, cuja perspectiva chegou a seu ponto mais maduro desde que o ideal nasceu” (O POPULAR, 1987, p. 04).

Além de defender em suas reportagens e em seus editoriais a criação da nova unidade da federação e alegar as viabilidades econômicas de tal ação, o jornal não deixou de acompanhar os desdobramentos da causa tocaninense na Assembléia Nacional Constituinte. No dia 1.º de junho de 1988, data da votação da emenda que criava o Estado do Tocantins no plenário da ANC, o jornal *O Popular* publicou uma reportagem intitulada “Tocantins sofre a quarta votação hoje”. Nela, o veículo de comunicação destaca as habilidades políticas do então Deputado Siqueira Campos, que desvinculou o Estado do Tocantins da emenda Homero Santos (PFL-MG), que previa a divisão do Estado de Minas Gerais para a constituição do Estado do Triângulo, a qual ele considerava que seria rejeitada no plenário.

No dia seguinte ao da votação, o jornal publicou reportagem destacando a aprovação da ementa do Ato das Disposições Transitórias, com a chamada “Tocantins é fato. Seu Governo, nova polêmica”. A polêmica a que se referia a reportagem era sobre a nomeação de

um governador pro-tempore pelo Presidente da República com mandato de dois anos ou a eleição direta de um governador. As rivalidades que, posteriormente, foram levadas às ruas com a disputa pelo Governo do Estado entre os candidatos Siqueira Campos e José Freire, iniciaram-se na Assembléia Nacional Constituinte.

Naquela ocasião, Siqueira Campos se posicionava contra a figura do Governador pro-tempore – e até apresentou uma emenda a favor de eleições diretas no recém criado Estado do Tocantins –, enquanto José Freire defendia a nomeação do chefe do poder executivo tocantinense pelo Presidente da República. A emenda foi votada e aprovada pela ANC e foram marcadas eleições diretas para 15 de novembro de 1988.

Em editorial de 3 de junho de 1988, o jornal *O Popular* destaca a criação do Estado do Tocantins e faz uma reatualização dos personagens históricos e um resgate dos sonhos de emancipação nortense. Segundo o jornal,

inserida agora como mandamento constitucional, a criação do Estado do Tocantins transforma-se em uma conquista política que exalta os méritos dos pioneiros desta causa secular e, em memória dos que começaram a embalar o antigo sonho nortense, a idéia precisa ser agora preservada em toda sua grandeza (O POPULAR, 1988).

Dessa forma, a imprensa escrita regional se diferenciava da nacional na forma de abordar, tratar e apresentar aos seus leitores as motivações que envolviam, de certa forma, a criação do Estado. A partir de reportagens que retomavam os mitos políticos tocantinenses, reatualizavam antigos personagens e personificavam heróis, o jornal *O Popular* contribuiu para a elaboração de um espaço de representação e alimentava os universos consensuais dos sujeitos também chamados de “nortenses”.

Considerações finais

A partir do exposto, podemos considerar que o Estado do Tocantins foi criado com base em representações politico-religiosas expressas por meio de discursos fundadores que tinham por finalidade construir uma identidade tocantinense por meio do resgate de seus personagens e a personificação de heróis. Por meio deles, a articulação entre poder, prática social e o fato religioso contribuiu para a construção de um espaço de representação tocantinense. Isto não implica em afirmar que não houve interesses de ordem econômica de determinados atores sociais no processo de emancipação do norte de Goiás.

Além disto, não podemos de mencionar também o papel que os veículos de comunicação desempenharam ao longo deste processo. Enquanto os jornais de circulação nacional representavam um estado pobre e de grande influencia da UDR, os jornais de circulação regional enalteciam a criação do novo estado e sempre destacavam o papel exercido por Siqueira Campos como seu grande *criador*, o *pai do novo estado*.

Assim, podemos observar como diferentes representações de um mesmo fato político podem ser construídas e desconstruídas por distintos veículos de comunicação e formadores de opinião.

Referências Bibliográficas:

AMARAL, Ricardo. Criação do Estado do Tocantins leva UDR ao poder. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 jun 1988.

ARENDRT, Hannah. **O que é política?** 7ª ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2007.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 27ª ed.

Petrópolis : Vozes, 2007.

BITTENCOURT, João Bosco. Os goianos analisam o Tocantins. **O Jornal**, Palmas, 13-28 ago 1989.

BITTAR, Rosângela. Tocantins nasce em clima de discórdia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 01 nov 1988.

CAVALCANTE, Maria do E. S. R. **O discurso autonomista do Tocantins**. São Paulo : EDUSP, 2003.

MAGALHÃES, H.; SILVA, L.; BATISTA, D. Do herói ficcional ao herói político. **Ciência e Cognição** v. 12, p. 18-30, 2007. Disponível em www.cienciasecognicao.org.br. Acesso em: 21 jul 2008.

COSTA, Raymundo. Tocantins elege seu primeiro governador no dia 15. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 nov 1988.

DOMINGOS, João. Tocantins já vive clima da primeira eleição. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 jul 1988.

FERREIRA, João Alberto. Tocantins, um novo Estado pobre. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 jul 1988.

FONSECA, Augusto. Governador do Tocantins fica só dois anos, mas luta é acirrada. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 nov 1988.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. UDR quer iniciativa popular para criar Estado do Tocantins. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 mar 1987.

_____. Siqueira Campos sai na frente na disputa pelo governo de Tocantins. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 jul 1988.

_____. Estado tem dívida de US\$ 100 mi. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 nov 1988.

JORNAL O POPULAR. O ideal amadurecido. **O Popular**, Goiânia, 12 mar 1987. (Opinião).

_____. Tocantins nasce economicamente viável. **O Popular**, Goiânia, 06 dez 1987. (Economia).

_____. Tocantins sofre a quarta votação hoje. **O Popular**, Goiânia, 01 jun 1988. (Política).

_____. Tocantins é fato. Seu Governo, nova polêmica. **O Popular**, Goiânia, 02 jun 1988. (Política).

_____. Uma causa superior. **O Popular**, Goiânia, 03 jun 1988. (Opinião).

OLIVEIRA, Rosy de. A “invenção” do Tocantins. In: GIRARDIN, O. (org). **A (trans) formação histórica do Tocantins** (pp.13-48). Goiânia : UFG, 2002, p. 13-48

RIBEIRO, Fabrizio de Almeida. **A invenção do Tocantins**: memória, história e representação. 2001, Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO).

SILVA, Wellington Teodoro da. Ritual e política: excerto. **Revista de Estudos da Religião**. São Paulo, 75-91, 2008.